



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

133

50  
ME

**Agravo de Instrumento nº 193575-3** - Comarca de Goiana

**Agravante:** Município de Goiana

**Agravada:** Rita de Cássia Rodrigues da Silva

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIANA. A SUPRESSÃO DO BENEFÍCIO NO ÂMBITO ESTADUAL NÃO PODE PRODUZIR EFEITOS DE FORMA AUTOMÁTICA NA ESFERA MUNICIPAL. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DO PACTO FEDERATIVO. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 2º-B DA LEI Nº 9.494/97. RECURSO IMPROVIDO POR MAIORIA DE VOTOS. 1. A municipalidade agravante, no exercício de sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, CF), dentre os quais inclui-se a organização do serviço público e do regime jurídico dos servidores, editou a Lei Municipal nº 1.574/99, adotando expressamente, em seu art. 1º, os dispositivos da Lei Estadual nº 6.123/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco) no que diz respeito ao Plano de Classificação de Cargos e Salários. 2. Por sua vez, a Lei Estadual nº 6.123/68, em seu art. 166, assegurava aos servidores efetivos a gratificação adicional por tempo de serviço. 3. Ocorre que, com o advento da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99, restou suprimido o Adicional por Tempo de Serviço previsto no art. 166 da Lei Estadual nº 6.123/68, o que levou o Município agravante a, automaticamente, também suprimir tal direito dos seus servidores. 4. É certo que a abolição do benefício no âmbito municipal não poderia ter se processado de forma automática, isto é, sem a produção de lei municipal própria para este fim, uma vez que, como cediço, os municípios são entes federativos dotados de uma autonomia própria que se consubstancia nas capacidades de auto-organização, autogoverno, auto-administração e auto-legislação. 5.



134  
51  
ml

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

Desta feita, a aplicação automática das modificações operadas na Lei Estadual nº 6.123/68 aos servidores do Município ora agravante implica em flagrante violação aos princípios de pacto federativo e da simetria. 6. Por maioria de votos, negou-se provimento ao Agravado de Instrumento.

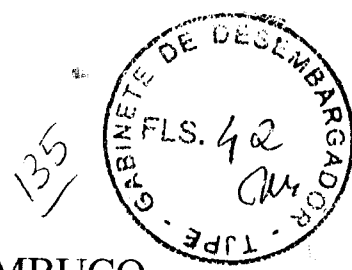
**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravado de Instrumento nº 193575-3, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 26 de novembro de 2009, em negar-lhe provimento por maioria de votos, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 11 de dezembro de 2009

**Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator**



Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo de Instrumento nº 193575-3** – Comarca de Goiana

**Agravante:** Município de Goiana

**Agravada:** Rita de Cássia Rodrigues da Silva

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo de instrumento pugnando pela suspensividade da decisão interlocutória proferida nos autos da Ação Ordinária nº 218.2009.000609-0, a qual, concedendo a antecipação de tutela pleiteada, determinou que o município agravante procedesse à imediata implantação dos adicionais por tempo de serviço (quinqüênios) nos vencimentos da agravada.

Em suas razões, de fls. 02/15, alega o agravante que as parcelas referentes ao adicional por tempo de serviço (quinqüênios) foram suprimidas dos vencimentos dos seus servidores em decorrência do advento da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99, que revogou o art. 166 da Lei Estadual nº 6.123/68, norma expressamente adotada pela Lei Municipal nº 1.574/99 quanto ao Plano de Classificação de Cargos e Salários.

Assevera ainda que, a teor do disposto no art. 2º-B, da Lei nº 9.494/97, não se faz possível o deferimento de antecipação de tutela em face da Fazenda Pública com o objetivo de outorgar reclassificação, equiparação de servidores públicos e aumento ou extensão de vantagens.

Devidamente intimada, a parte agravada ofereceu suas contrarrazões, às fls. 33/35, pugnando pelo improvimento do recurso.

A Douta Procuradoria de Justiça ofertou cota às fls. 39, informando não vislumbrar interesse público que ensejasse sua intervenção no feito.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 05 de novembro de 2009

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



52  
ME  
136

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo de Instrumento nº 193575-3 – Comarca de Goiana**

**Agravante:** Município de Goiana

**Agravada:** Rita de Cássia Rodrigues da Silva

**VOTO**

Em apertada síntese acerca do feito em análise, destaco que a municipalidade agravante, no exercício de sua competência para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I, CF), dentre os quais inclui-se a organização do serviço público e do regime jurídico dos servidores, editou a Lei Municipal nº 1.574/99, adotando expressamente, em seu art. 1º, os dispositivos da Lei Estadual nº 6.123/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco) no que diz respeito ao Plano de Classificação de Cargos e Salários.

Eis o teor do referido art. 1º da Lei Municipal nº 1.574/99:

Art. 1º - A Prefeitura Municipal de Goiana adota nos termos da presente lei, o Plano de Classificação de Cargos e Salários que normatizará as relações entre o Poder Público e os seus servidores, que estatutários, definidos em Lei Estadual nº 6.123, de 20 de julho de 1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco), vigente neste município, quer os regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (celetistas).

Por sua vez, a Lei Estadual nº 6.123/68, em seu art. 166, assegurava aos servidores efetivos a gratificação adicional por tempo de serviço nos seguintes termos:

Art. 166. A gratificação adicional por tempo de serviço será calculada sobre o vencimento do cargo efetivo e para todos os efeitos a ele incorporada, correspondente a cinco por cento, por quinquênio, do efetivo exercício prestado à União, aos Estados, aos Municípios de Pernambuco e às respectivas autarquias.

Parágrafo único. A gratificação adicional por tempo de serviço é concedida automaticamente, a partir do dia imediato àquele em que o funcionário completar o quinquênio.

Ocorre que, com o advento da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99, restou suprimido o Adicional por Tempo de Serviço previsto no art. 166 da Lei Estadual nº 6.123/68, o que levou o Município agravante a, automaticamente, também suprimir tal



137

53  
MR

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

direito dos seus servidores, sendo este o ponto central da controvérsia.

No caso, impende ressaltar, inicialmente, que a agravada não está a pleitear a reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens, mas tão somente a reposição de valores que estariam sendo pagos a menor em seus proventos, o que não malferir o preceituado no art. 2º-B, da Lei nº 9.494/97.

Neste particular, vale mencionar que, segundo entendimento pacífico dos Tribunais Superiores, a vedação contida no sobredito dispositivo legal deve ser interpretada restritivamente, não cabendo sua aplicação nas causas que possuam caráter alimentar, sendo esta, inclusive, a inteligência da Súmula nº 729 do Excelso Pretório, que se aplica inteiramente ao caso.

No mais, quanto à supressão por parte da edilidade agravante do adicional por tempo de serviço dos vencimentos dos seus servidores, entendo que a abolição do benefício no âmbito municipal não poderia ter se processado de forma automática, isto é, sem a produção de lei municipal própria para este fim, uma vez que, como cediço, os municípios são entes federativos dotados de uma autonomia própria que se consubstancia nas capacidades de auto-organização, autogoverno, auto-administração e auto-legislação.

Desta feita, a aplicação automática das modificações operadas na Lei Estadual nº 6.123/68 aos servidores do Município ora agravante implica em flagrante violação aos princípios de pacto federativo e da simetria.

Ressalte-se, por fim, que não há qualquer óbice para que o Município siga a mesma linha do Estado, extinguindo o adicional por tempo de serviço, desde que o faça mediante edição de lei própria neste sentido.

Feitas essas considerações, voto pelo improvimento do presente recurso de Agravo de instrumento, com a manutenção da decisão guerreada em todos os seus termos.

P e I.

Recife, 19 de \_\_\_\_\_ de 2009

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**

04 - AI 193575-3

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA  
8ª CÂMARA CÍVEL

54  
me  
134

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº.: 193575-3  
AGRAVANTE: Município de Goiana  
AGRAVADA: Rita de Cássia Rodrigues da Silva  
RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

A discussão diz respeito à percepção da vantagem remuneratória consistente em “adicional por tempo de serviço” (qüinqüênio) por parte de servidor do Município de Goiana.

O Município sustenta que a vantagem em foco teria sido extinta por força da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99.

Isso porque a lei municipal de regência teria adotado os dispositivos do Estatuto dos Servidores Estaduais (Lei Estadual nº 6.123/68). Assim, vez extinto, no âmbito estadual, o “adicional por tempo de serviço”, dita vantagem automaticamente deixaria de existir em sede municipal.

O Juízo *a quo*, acolhendo os argumentos do servidor agravado, considerou que o disposto no art. 131, § 7º, I, da Constituição do Estado, com redação dada pela EC 16/99 (“*É vedado o pagamento ao servidor público e aos empregados das entidades da administração indireta que recebam transferência do tesouro: de qualquer adicional relativo a tempo de serviço*”) só é aplicável aos municípios que incorporarem a regra em suas próprias legislações locais, pelo que devem continuar sendo computados, e pagos, os qüinqüênios adquiridos de 1999 em diante.

Nesse contexto - e pedindo vênia à douta maioria - tenho que é de ser conferido efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento em apreço, por duas razões básicas.

A primeira, é a de que a vedação encartada no art. 131, § 7º, I, aplica-se, em tese, a todas as unidades federadas abrangidas pela Constituição do Estado, seja o Estado de Pernambuco, sejam os Municípios que o compõem.

Não avanço, aqui, em afirmar, em exame de fundo, a constitucionalidade do dispositivo em foco, dado pela EC 16/99.

É certo, porém, que a sua eventual inconstitucionalidade alcançará não apenas a aplicação aos municípios mas também ao próprio Estado, visto que se o constituinte estadual não puder estabelecer tal restrição para a autonomia legislativa dos municípios, também não poderá fazê-lo para a autonomia legislativa estadual.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA  
8ª CÂMARA CÍVEL

55  
ME  
139

Nesse momento processual, é-me suficiente constatar, à luz da presunção de constitucionalidade dos atos normativos em geral (e dos dispositivos constitucionais em particular), a aparente vigência da restrição imposta pela Constituição do Estado, a desidratar o *fumus boni iuris* da pretensão deferida em primeiro grau.

A segunda razão é de ordem exclusivamente processual e assenta-se na vedação legal à concessão de liminares que importem em pagamento imediato de vantagens pecuniárias a servidores públicos.

Com efeito, que a antecipação de tutela deferida em primeiro grau, diz respeito a servidor da ativa - ao qual não aproveita a dicção da Súmula 729 do STF - e importa em **concessão liminar de vantagem** a servidor público, em confronto, portanto, com o disposto no art. 2º-B da Lei nº 9.494/1997, *verbis*:

*"Art. 2º-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, **concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado.** (NR) (Artigo incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 24.8.2001)."*

Dai ter-se firmado jurisprudência no sentido da impossibilidade de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, nos casos que impliquem concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidor, conforme se observa do aresto do Pretório Excelso abaixo transcrito:

*"EMENTA: Reclamação: alegação de desrespeito do julgado do Supremo Tribunal Federal na ADC 4-6: **procedência. Hipótese de deferimento de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública**, em controvérsia em torno da fórmula pela qual se dará a **parcela honorária percebida pelos integrantes da carreira de Procurador do Município de São Paulo em decorrência de alteração procedida pela L. 13.400/02, da qual resultará aumento de remuneração: violação do decidido pelo Supremo Tribunal na ADC 4-6 - MC.**" (Rcl 2726 / SP, DJ 03-02-2006 PP-00015)." Grifei.*

Na mesma linha se posiciona o Superior Tribunal de Justiça:

*"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. **ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.** ART. 1º DA LEI 9494/97. AGRAVO DESPROVIDO.*

*I - Nos termos do art. 1º da Lei 9.494/97, **é vedada a concessão da antecipação de tutela contra a Fazenda Pública que tenha por objeto a concessão de aumento ou vantagem a servidores públicos.** Neste sentido, a*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

56  
jul  
140

*manifestação do Colendo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da medida liminar na ADC nº 4.*

*II - Agravo interno desprovido." (AgRg no Ag 701863 / PE, DJ 01.02.2006 p. 595)." Grifei.*

*"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 273 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. RESTABELECIMENTO DO STATUS QUO ANTE. POSSIBILIDADE.*

*1. Esta Corte Superior de Justiça tem jurisprudência uniforme sobre a impossibilidade da antecipação de tutela contra a Fazenda Pública nos casos de aumento ou extensão de vantagens a servidor público.*

*2. Entretanto, o referido entendimento não se aplica às hipóteses como a dos autos, em que se busca, o estabelecimento de situação anterior.*

*3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 853558/RS, DJ 04.12.2006 p. 372)." Grifei.*

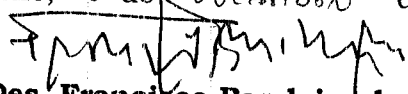
Vale ressaltar que a situação em comento não se enquadra, a meu sentir, nas hipóteses especialíssimas em que a tutela liminar é admitida pela jurisprudência, notadamente aquelas que tem por efeito o restabelecimento do *status quo ante*.

Deveras, o feito vertente busca a obtenção de vantagem remuneratória (quinqüênios específicos) que não foi em tempo algum deferida ou implantada pela administração municipal.

Ou seja, no plano fático, a pretensão em lume consiste em agregar, via liminar, um *plus* (um aumento) ao *status quo* remuneratório do servidor agravado, o que resta vedado pela Lei nº 9.494/1997.

Ante o exposto, peço vênica para **dar provimento** ao presente Agravo de Instrumento, em ordem a suspender os efeitos da liminar deferida em primeiro grau.

Recife, 26 de novembro de 2009.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
GABINETE DO DESEMBARGADOR

8ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0193575-3

JUIZO DE ORIGEM: 2ª Vara da Comarca de Goiana

Juiz Dr. Carlos Gean Alves dos Santos

Agravante : MUNICÍPIO DE GOIANA

Adv. : Bel. Frederico Guilherme Rodrigues de Lima

Agravada : RITA DE CÁSSIA RODRIGUES DA SILVA

Adv. : Bel. Francisco Serpa Cossart

MP-PE : Dr. ITAMAR DIAS NORONHA

Relator: DES. JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

VISTA: Juiz Paulo Torres Pereira da Silva

**VOTO DE VISTA**

Ouvi atentamente o relatório proferido no início do julgamento deste recurso e de igual forma, acompanhei os fundamentos dos votos lançados sobre o mesmo, seguido dos debates havidos sobre a questão nele posta e com dúvidas sobre ela, pedi vista dos autos, para melhor conhecer a causa e esclarecer as dúvidas que me ocorreram.

Versam os autos sobre a suspensão dos efeitos da tutela antecipada concedida pelo douto Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Goiana nos autos da Ação Ordinária com pedido antecipatório de tutela, ajuizada por Rita de Cássia Rodrigues da Silva.

Em análise perfunctória dos autos, percebe-se que o caso *sub judice* versa sobre o reconhecimento e a incorporação nos vencimentos da servidora recorrida dos importes referentes ao adicional por tempo de serviço prestado (quinqüênios), suprimidos ou deixados de serem pagos, a pretexto de terem sido revogados automaticamente em decorrência da supressão no texto da legislação estadual aplicada subsidiariamente aos servidores do município de Goiana.

Nesse contexto, tenho que diante da autonomia político-administrativo-financeira de que gozam os entes públicos pertencentes à Federação Brasileira, não é razoável se admitir, sobretudo no que atine às disposições legais que regem os servidores públicos, que a modificação de legislação de ente público estranho, importará a imediata incorporação ao campo das normas jurídicas de ente diverso.

142 58  
ml

Em casos tais, em respeito à aludida autonomia, mister se faz que haja a manifestação do Poder Legislativo respectivo, a fim de que este se pronuncie e, se positivo o pronunciamento, confira legitimidade e legalidade exigidas para emprestar força coercitiva à norma jurídica incorporada ou aceita no ordenamento jurídico local.

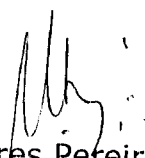
Pensar o contrário, é pensar, por exemplo, que criando a União determinado benefício aos seus servidores, este deverá ser automaticamente estendido aos demais servidores estaduais e municipais que compõem a Federação, sem deliberação alguma dos demais entes federativos.

De outra banda, as vedações estampadas na lei nº 9.494/97, dizem respeito à reclassificação, à equiparação ou aumento salarial de servidores públicos, não se aplicando à hipótese em comento, posto tratar-se esta de restauração de valores (vantagem pecuniária de natureza pessoal) indevidamente não creditados aos vencimentos de servidora pública municipal, parte em favor de quem, nessa ocasião processual, se reconhece o *periculum in mora*, em face da diminuição imposta em seus vencimentos.

Nessa senda, ainda que em sede de cognição sumária, mostra-se incogitável a pretensão processual da municipalidade recorrente ao ventilar a impossibilidade legal da concessão de medida antecipatória da tutela contra a Fazenda Pública.

Sob tais fundamentos, profiro o meu voto de vista no sentido de NEGAR PROVIMENTO a este agravo de instrumento, mantendo incólume os efeitos da interlocutória proferida nos autos do feito originário.

Recife,

  
Juiz Paulo Torres Pereira da Silva  
Vogal com pedido de vista



143  
58  
ME

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

**DECISÃO**

**"POR MAIORIA DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, VENCIDO O DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO".**

---